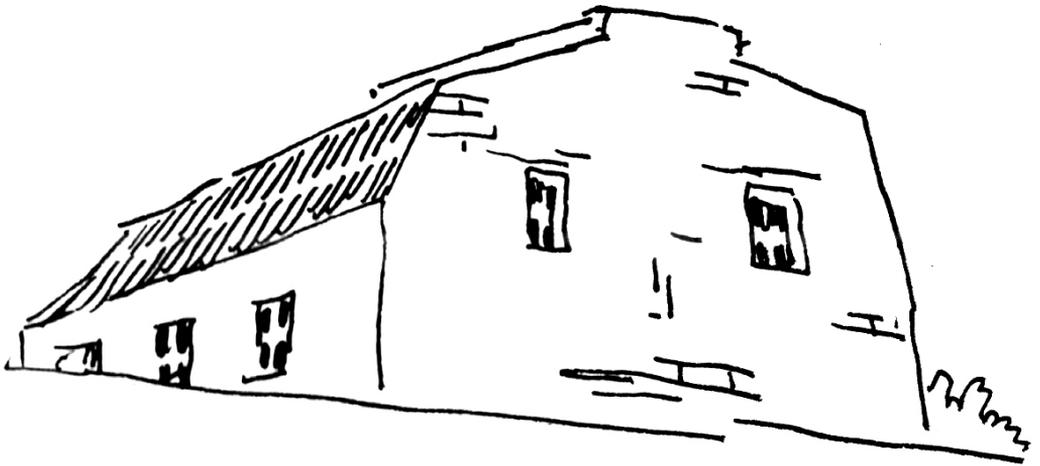


CONTERRÂNEA
1





ÍNDICE

- 4 Referendo pela Habitação
- 7 Perguntas e Respostas: O Direito à Habitação
- 8 Histórias da Cidade
- 10 Notícias MRH
- 11 Escolhas musicais da Maria Rosa Hermínia
- 12 Quadrinhos
- 14 Sugestões da Maria Rosa Hermínia
- 16 Estado de Sítio
- 18 A Internacional
- 22 Amigues do MRH
- 23 A galinha da vizinha
- 24,26 Jogos
- 27 Ficha Técnica



EDITORIAL

*Não deveis fazer apenas cidades e máquina, pontes
e trigo, deveis construir também a vossa vida.*

— Bertold Brecht

No seguimento do Movimento Referendo Habitação – MRH –
um conjunto de companheiras do movimento une-se para a
criação da Conterrânea.

(CON•TER•RÂ•NE•A)

ADJECTIVO FEMININO

1 - QUEM PARTILHA O MESMO ESPAÇO

2 - QUEM EXPERIENCIA A CIDADE CONJUNTAMENTE

3 - PESSOA VIZINHA

A Conterrânea propõe-se como uma zine afecta ao MRH, que
pretende ser um veículo de apresentação e partilha das suas
ideias e ensejos e, de forma mais lata, de informação sobre o
estado da habitação em Portugal, com enfoque no concelho
de Lisboa.

Para o primeiro número da publicação elegemos o *Direito
à Habitação* (enquanto *Direito de Abril*) como ponto de

partida para a reflexão e elaboração dos vários conteúdos que se seguem nas próximas páginas.

É fulcral e urgente repensar o que é e o que deveria ser (a) Habitação; o que significa habitar dentro de um sentido mais lato, que atravesse fronteiras de paredes, casas, bairros e cidades.

**Habitação, efeito de habitar, morar,
residir, viver, existir, coexistir, resistir,
estar, permanecer, ser.**

A transformação de uma cidade implica directamente a transformação da vida de quem a habita e tenta ir resistindo diariamente para conseguir continuar a fazer parte da mesma.

As políticas não podem ser feitas para a cidade–infraestruturas. Têm de ser feitas pelas e para as pessoas, porque são elas que fazem as cidades. E para que pessoas estão a ser pensadas e concretizadas as políticas correntes? Qual é a cidade–resultado que se pretende?

A casa, a habitação, é um direito e deveria fazer parte inquestionável do programa de todo e cada governo, como uma responsabilidade social que não se coloca nas mãos de proprietários privados, mas onde se investe, mesmo que a fundo perdido, não esperando retirar daí qualquer tipo de lucro ou retorno que não seja a dignificação da vida humana.

Habitar é encontrar e construir um lugar onde se pertence, onde se pode criar, desenvolver, crescer, contribuir e partilhar. Esta rede que tece a comunidade está em risco. As comunidades locais estão em risco, assim como a ideia de cidade enquanto movimento colectivo e plural.

A cidade de Lisboa transforma–se aos poucos e poucos numa cidade temporária para pessoas de passagem, abandonada pela comunidade local, que encontra o seu espaço vedado a uma existência possível.

Habitação, como *habitat*, são conceitos que implicam directamente com a forma como estamos no mundo e pertencemos ao mesmo.

O REFERENDO PELA HABITAÇÃO



Quem somos?

O Movimento Referendo pela Habitação (MRH) é um movimento apartidário de habitantes de Lisboa, que pretende implementar um referendo local pelo direito a habitar a cidade.

O MRH tem dois objectivos. O primeiro é construir um referendo por iniciativa popular em Lisboa. O segundo é criar movimento para reclamarmos o direito a habitar a cidade.

Objectivos do referendo

A crise da habitação em Lisboa é bem conhecida da população. Lisboa é a cidade europeia onde o preço das casas mais aumentou nos últimos anos e é também a cidade com a taxa de esforço – relação entre salários e preço da habitação – mais elevada da Europa.

Nos últimos dez anos foram registadas mais de 20.000 casas para alojamento local em Lisboa. O uso turístico da habitação atingiu níveis alarmantes e, de facto, Lisboa é também a cidade europeia com mais alojamento local por residente. Isto impede que a população de Lisboa possa aceder a uma habitação digna e contribui para a expulsão de residentes, para o desmantelamento de relações de vizinhança e para a desvitalização dos nossos bairros.

Em abril de 2022, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu que casas destinadas a habitação servem para as pessoas morarem e não para a exploração de alojamento local. Queremos mudar o Regulamento Municipal do Alojamento Local (RMAL) para impedir que este tipo de alojamento turístico possa existir em prédios com uso habitacional. Pretendemos que a Câmara Municipal de Lisboa reconheça a legalidade imposta pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça. Os imóveis destinados a habitação devem cumprir a sua função social: serem habitados e servirem para morar.

Queremos levar duas perguntas a referendo. A primeira é:

Concorda em alterar o Regulamento Municipal do Alojamento Local no sentido de a Câmara Municipal de Lisboa, no prazo de 180 dias, ordenar o cancelamento dos alojamentos locais registados em imóveis destinados a habitação?

Quase todos os alojamentos locais em Lisboa foram registados em imóveis destinados à habitação. Isto significa que, de acordo com a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, existem milhares de alojamentos locais em situação de ilegalidade. Com a aprovação desta pergunta, a Câmara Municipal de Lisboa será obrigada a devolver estas casas à sua função de habitação. A segunda pergunta é:

Concorda em alterar o Regulamento Municipal do Alojamento Local para que deixem de ser permitidos alojamentos locais em imóveis destinados a habitação?

A aprovação desta segunda pergunta evitará que, no futuro, a Câmara Municipal de Lisboa possa voltar a permitir o registo de alojamentos locais em imóveis destinados à habitação.

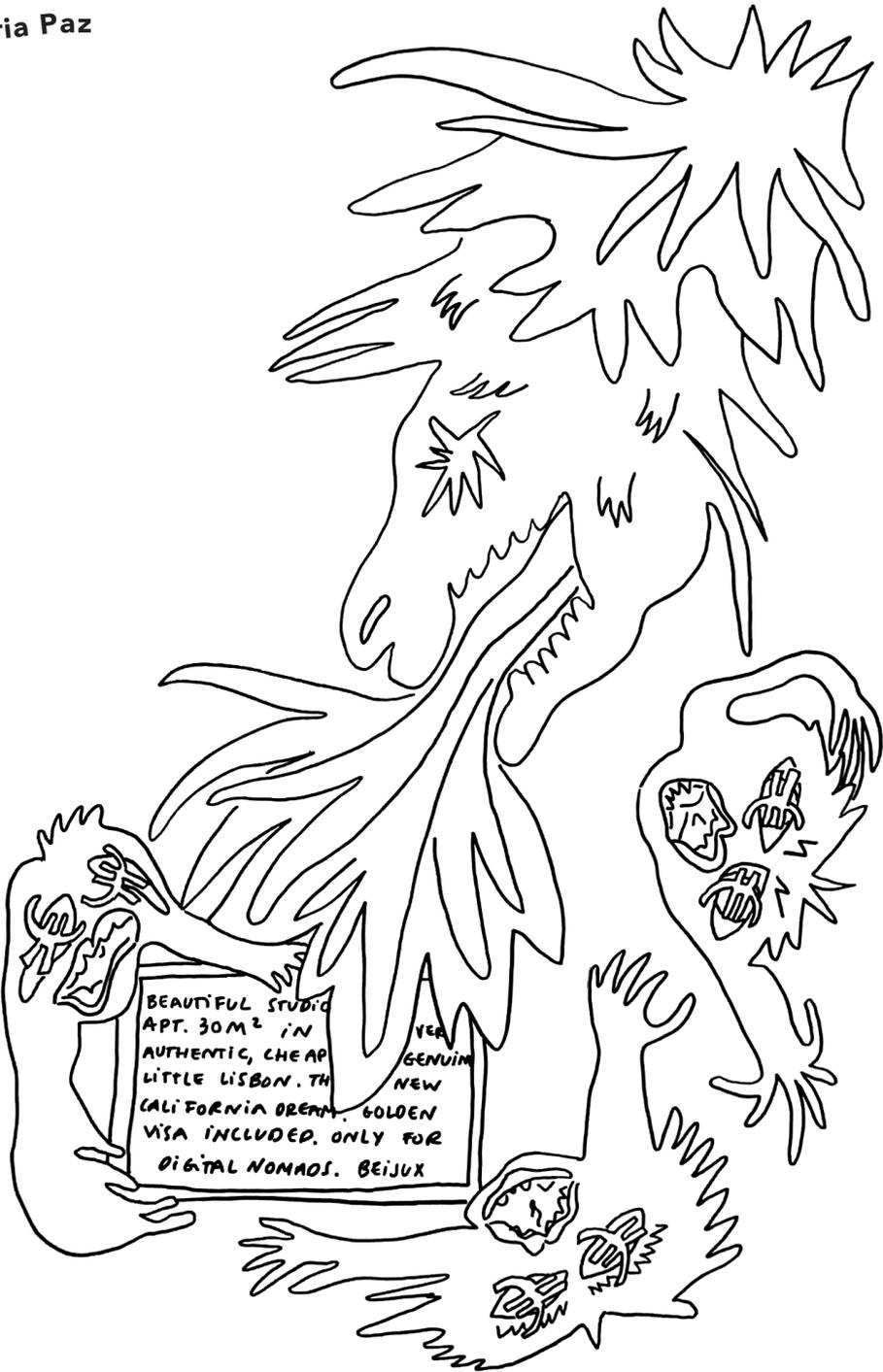
Como podes participar?

A base do movimento são as pessoas. Organizamo-nos em assembleias gerais que acontecem a cada 15 dias em diferentes partes da cidade. Além das assembleias, existem grupos de trabalho encarregues de tarefas logísticas e grupos de bairro que representam a comunidade local.

Junta-te à luta pelo direito a habitar Lisboa! Recuperar Lisboa está nas nossas mãos!

movimento@referendopelahabitacao.pt





PERGUNTAS E RESPOSTAS #1

O DIREITO À HABITAÇÃO

Direito à Habitação, Direito de Abril?

Encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa o Artigo 65º, que garante o direito a uma habitação digna e adequada para todas as pessoas:

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Em 2019, a Lei de Bases da Habitação veio ditar as traves mestras que devem ser seguidas para que este direito fundamental se concretize, fazendo recair sobre o Estado o papel de principal garantidor da efetivação do direito à habitação.

Como começou o direito à habitação no 25 de abril?

Foi no 25 de Abril que se deram as reivindicações pelo

direito à habitação. Uma das principais preocupações passava pela habitação social, procurando substituir os “bairros de lata” por uma habitação digna. Assim surgiram as operações **SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)**, um projecto pioneiro na Europa, que juntou arquitectos, engenheiros e comissões de moradores para definir uma reforma de habitação local no país. A maior parte das respostas para o problema habitacional encontrava-se nas mãos dos próprios interessados, organizados em comissões de moradores, provando que o poder nas mãos do povo era a resposta mais justa e eficaz.

Porquê um referendo sobre habitação em Lisboa?

Existem dois motivos principais pela implementação do referendo:

1. Existe um enorme problema com a habitação

na cidade: as casas estão impagáveis. Os preços da habitação mais do que duplicaram desde 2014 e estão completamente desfasados dos ordenados locais que ganhamos. Além disso, mais de 20.000 casas em Lisboa estão a ser usadas para alojamento local/turístico, fazendo com que quem pernoite ao nosso lado fique cá por pouco tempo. São pessoas que não estão interessadas em construir comunidade, e que têm muito mais dinheiro para gastar, estando, por isso, dispostas a dar mais do que nós podemos por uma casa.

Lisboa perdeu milhares de residentes na última década, porque os nossos governantes preferiram legislar em favor dos investidores e contra o nosso direito a habitar a cidade.

2. Uma vez que os poderes públicos não tomam medidas, teremos de ser nós, habitantes da cidade, a tomá-las. Para podermos viver na cidade, iremos usar esta ferramenta de democracia direta tão pouco usada em Portugal, e que será usada pela primeira vez em Lisboa: o referendo local.

HISTÓRIAS DA CIDADE

ENTREVISTA A MARIA DE LURDES PINHEIRO

Em que local nos encontramos?

L: Nós encontramos-nos na rua de São Miguel, que converge com o Largo de São Miguel, no local onde existiam casas municipais, que a Câmara demoliu para fazer o museu judaico. E a APPA (Associação do Património e da População de Alfama) fez uma ação de luta para que a Câmara não

construísse aqui o Museu Judaico, mas construísse, sim, habitação, tal como ela estava antes. E, por isso, nós estamos numa campanha de sensibilização, junto da comunicação social e das pessoas, e até da própria Câmara, para a construção de casas aqui, neste largo. E eu também escolhi este local por isso mesmo.



descaracterizado, que o museu seria mais um elemento de descaracterização da arquitetura e não só – da convivência do bairro.

E sobre o futuro deste espaço, o que acha que, efetivamente, vai ser daqui a uns tempos, e o que gostaria que fosse?

E antigamente, o que era este sítio?

L: Este sítio era um prédio que fazia ligação a outros prédios do Largo – nós não estamos a ver daqui, mas é um largo muito bonito – e também é um sítio de muito convívio das pessoas. As pessoas do bairro, antes, quando existiam aqui casas, vinham para as escadinhas da igreja de São Miguel conviver, conversar... Portanto, este espaço sempre foi um espaço de convívio da população do bairro, e foi esse outro dos motivos que entendemos dizer à Câmara: aqui, o museu judaico não, mas sim casas para se manter a tradição e se manter aquilo que era o bairro, porque o bairro está a ficar tão

L: Eu espero que seja aquilo que eu gostaria que fosse, eu e as pessoas. Nós queremos, a população, as poucas pessoas que ainda moram no bairro, querem casas aqui. E é isso a nossa luta. Nós gostaríamos, e espero que a Câmara nos ouça, porque já disse que sim, que iam construir aqui casas. Podem construir aqui casas, podem, inclusive, fazer um jardim, mas têm que construir aqui casas e manter o largo tal como era antes! Porque este largo era um dos lagos mais bonitos do bairro, até se não for, o mais bonito de qualquer outro bairro, e portanto, era mantermos aqui a beleza deste largo. É isso que eu gostaria e acho que a Câmara também vai fazer isso.

Então tem esperanças de que as reivindicações sejam ouvidas?

L: Se não tivesse esperança, não andávamos nesta luta todos os dias! Acho que sim. A gente tem é de ser persistente. Não é tão rápido como nós gostaríamos, porque isto já está assim desde... Aliás, nós já estamos nesta luta desde 2018. Mas há mais de 7 anos que já estava tudo a cair,

por isso já está há demasiado anos assim. Agora limpam para o Santo António. O que vai ser aqui no Santo António? Vai ser uma casa de banho pública... Mas pronto, vamos continuar na luta, e só vamos parar quando se vir que estamos a construir as casas aqui, no Largo de São Miguel. E a ideia é que sejam construídas casas para que as pessoas possam vir para cá morar.

PRÓXIMAS RECOLHAS DE ASSINATURAS

QUEM EM JULHO ARA E FIA, OURO CRIA

- * 01 e 02/07 Feira dos Anjos70 (no bar) 21h *
- * 03/07 Alameda D. Afonso Henriques 18-20h *
- * 03/07 Ciclo de cinema Habitação na ZDB 22h *
- * 18/07 Ciclo de cinema Habitação Carpintarias de S. Lázaro 21h *
- * 20/07 Porta do Mercado de Arroios 18-20h *
- * 22/07 Ciclo de cinema Habitação na Labuta 21h *

NR DE ASSINATURAS RECOLHIDAS À DATA

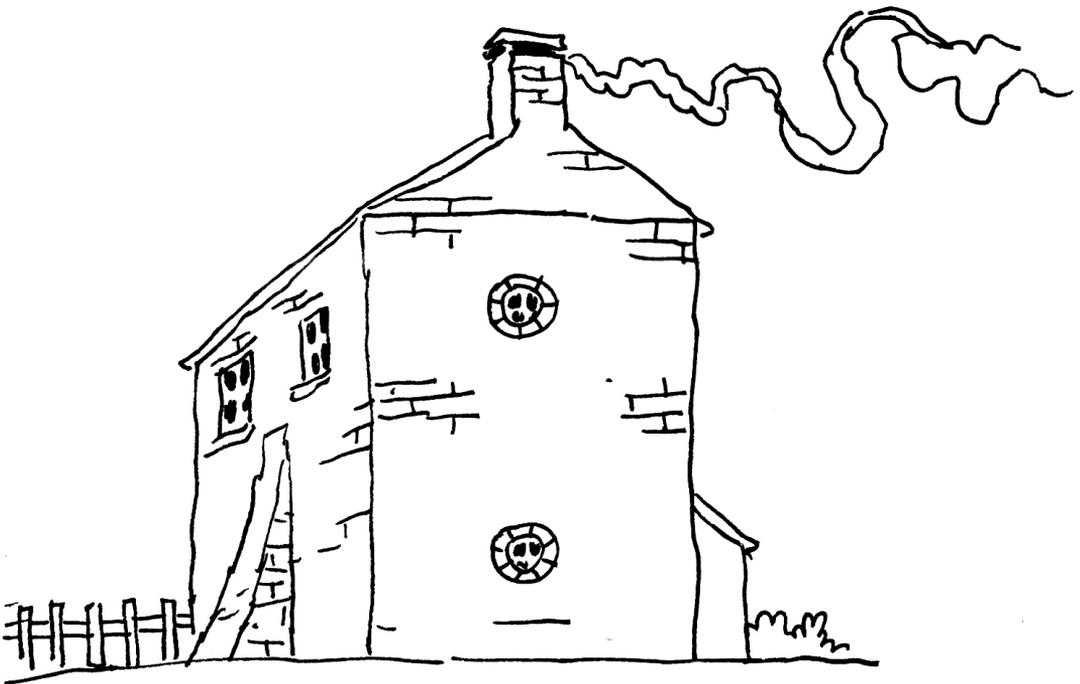
2471 oficiais

1421 apoiantes

AS ESCOLHAS MUSICAIS DE MARIA ROSA HERMÍNIA



1. GAC - ALERTA
2. ZECA AFONSO - TERESA TORGA
3. CHICA - BRINCAR COM O CÃO
4. A GAROTA NÃO - NÃO SEI O QUE FICA
5. FAUSTO - UNS VÃO BEM E OUTROS MAL
6. LUCA ARGEL - GENTRIFICASAMBA
7. ZÉ MÁRIO BRANCO - QUEIXA DAS ALMAS JOVENS
8. GAC - CANTIGA SEM MANEIRAS
9. FAUSTO - LEMBRA-ME UM SONHO LINDO
10. ORIANO - DRAGÃO DA GRAÇA



Tiago Baptista

QUADRADINHOS

QUE GRANDE SECA! JÁ NÃO HÁ SÍTIOS PIRA ESTAR QUE NÃO ESTEJAM CHEIOS DE TURISTAS!



PODES CRER! A CIDADE 'TÁ INSU-PORTÁVEL. MAS OLHA, PODEMOS SEMPRE DAR UMA VOLTA E BEBER UMAS CERVEJAS NA RUA.

BORA JOGAR UM DRINKING GAME!



E SE FOSSE ASSIM: CADA PLACA DE A.L., UM GOLE?



OLHA UMA!





Rita Romeiras

SUGESTÕES DA MARIA ROSA HERMÍNIA

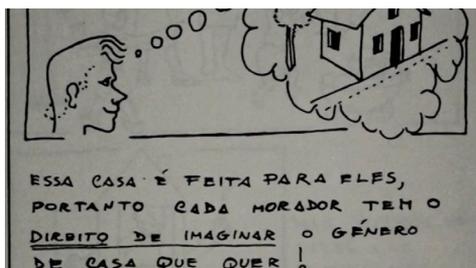
AS OPERAÇÕES SAAL (2007)

João Dias

O documentário de João Dias apresenta o projecto SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local, partindo das vozes dos moradores, dos arquitectos e dos dirigentes envolvidos com o processo que, entre 1974 e 76, tentou dar solução aos problemas da habitação social em Portugal. O SAAL foi concebido por iniciativa do arquitecto Nuno Portas, Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do I Governo Provisório. O programa do SAAL consistia em construções financiadas a fundo perdido, concebidas e orientadas com apoio no terreno de arquitectos e engenheiros contratados pelo Estado, mas também com a ajuda dos próprios moradores. Este programa pretendia

erradicar e alterar a situação de 25% da população portuguesa que, em Abril de 1974, ainda vivia em bairros de lata e barracas, por todo o país, sem acesso a água, esgoto, electricidade e instalações sanitárias.

O processo deste projecto e a sua desintegração ao longo dos anos que lhe seguiram são o espelho do que foi sendo a despreocupação dos governos das últimas décadas pelo problema e a falta de soluções para a habitação social e digna, um direito de todo e cada indivíduo. 'O que agudizou o problema do SAAL, pelo menos em relação ao Porto, foi ter passado da resolução dos problemas de um bairro para um debate e uma acção (...) sobre a cidade.' Siza Vieira.





FILMES



CONTINUAR A VIVER OU OS ÍNDIOS DA MEIA-PRAIA (1976) António da Cunha Telles

António da Cunha Telles filmou entre 1975/1976 um documentário/retrato, na Meia-Praia, em Lagos, de uma comunidade piscatória migrante que tenta sobreviver através dos seus próprios meios e entreajudas. Este foi um dos locais onde o projecto SAAL foi implementado,

com o objectivo de substituir as antigas barracas e casas de madeira por moradias em tijolo. Ao mesmo tempo, os pescadores tentam organizar-se para a criação de uma cooperativa de pesca, reivindicando os seus direitos enquanto trabalhadores.

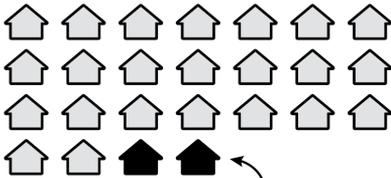


ESTADO DE SÍTIO

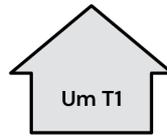
PORQUE ESTA CADA VEZ MAIS DIFÍCIL VIVER EM LISBOA

Lisboa tem se transformado pouco a pouco numa cidade temporária para pessoas de passagem. A cidade perdeu na última década milhares de residentes locais, pelo custo insuportável que significa habitar em Lisboa.

A impossibilidade de se pagar uma renda com os ordenados baixos, que a grande maioria dos portugueses recebe, e o aumento descontrolado de alojamentos locais ditam esse movimento de êxodo.



Só 8% das casas para arrendar custam menos de 1000€ por mês



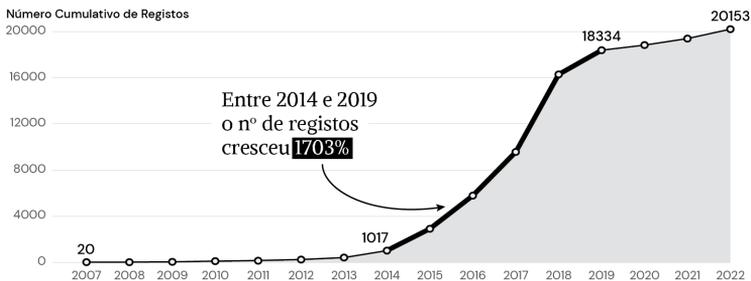
= **23,5**
anos de trabalho
(salário de 760€)

O preço de um T1 para comprar é de 250.000€

Lisboa é a cidade europeia onde o preço das casas mais aumentou nos últimos anos. Os preços da habitação na

cidade de Lisboa mais do que duplicaram desde 2014 e estão completamente desajustados face aos ordenados locais.

Evolução do Número de Registos de Alojamento Local (AL) no Concelho de Lisboa

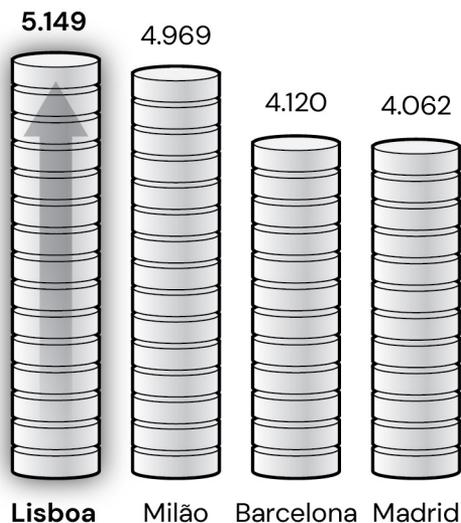


Fonte: Registo Nacional de Turismo; dados de 2022 incluem apenas registos feitos até 7/11/2022

Entre o primeiro trimestre de 2022 e 2023, Lisboa registou uma subida de preços de casas para venda de 9,8%. Neste período, o preço médio por metro quadrado em Lisboa fixou-se em 5.149 euros, um valor mais elevado que em Milão (4.969 euros), Barcelona (4.120 euros) ou Madrid (4.062 euros), e apenas ultrapassado por Paris, em que o valor médio por metro quadrado atinge os 12.707 euros. Tal resulta na classificação de Lisboa como a segunda cidade mais cara para se viver no Sul da Europa.

Fonte: Casafari.

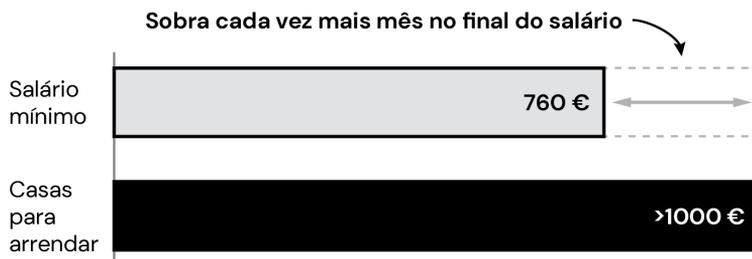
Subida do preço médio de casas para venda entre 2022 e 2023 (€/m²)



Lisboa é a cidade europeia com a taxa de esforço – relação entre salários e preço da habitação – mais elevada da Europa. O salário mínimo nacional é de 760€ – salário de ¼ da população que vive em Portugal.

No 1.º trimestre de 2023, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador foi de 1 355 Euros, tendo aumentado cerca de 7,4% face ao mesmo período de 2022.

Fonte: INE



A INTERNACIONAL

ENTREVISTA A ADELAIDE IVA'NOVA
DO DEUTSCHE WOHNEN & CO. ENTEIGNEN
(REFERENDO DE BERLIM)



A experiência do Deutsche Wohnen & Co. Enteignen é uma inspiração para activistas e militantes um pouco por todo o mundo, quer pela vitória do referendo, quer pela novidade do instrumento político utilizado. Em Lisboa, o Movimento Referendo pela Habitação nasceu da influência directa da experiência tida em Berlim. Cidades como Hamburgo ou, mais recentemente, Florença, desencadearam, também, processos de referendo local inspirados nesta experiência.

Como surgiu, em Berlim, a ideia de utilizar o referendo local como instrumento na luta pela defesa do direito à habitação e à cidade?

A: Eu não sei quando exactamente nasceu a ideia de usar o referendo como arma para as demandas, que vieram primeiro, de forma orgânica. Sei como nasceu o que hoje

a gente chama de DWE: um grupo de inquilinos comuns se juntou num pátio nos fundos de um prédio, em 2015, para tentar se organizar/ defender contra os desmandos do senhorio deles, e a luta foi crescendo a partir daí, com outros inquilinos da vizinhança do primeiro, e depois outros, e depois outros. Veja mesmo: um grupo de meia-dúzia de inquilinos comuns, até mais de um milhão de apoiadores que votaram pela expropriação.

A ideia é simples: usar o artigo 15 da constituição [alemã], que nunca foi usado, para expropriar grandes empresas do aluguel e transformar os edifícios expropriados em moradia social. O artigo 15 diz "A terra, os recursos naturais e os meios de produção podem ser transferidos para propriedade comum ou outras formas de gestão comunitária para fins de socialização por meio de lei que regule o

tipo e extensão da compensação. O artigo 14, parágrafo 3, sentenças 3 e 4 se aplicam à compensação em conformidade”.

De que forma se entendia que a proposta de expropriação e socialização do parque habitacional das grandes imobiliárias privadas poderia actuar sobre a crise habitacional de Berlim?

A: Primeiro por causa da parte prática, que é colocar 240 mil apartamentos de volta ao campo da moradia social (ou, em outras palavras, retirar 240 mil apartamentos do mercado imobiliário/financeiro), à disposição de quem mora na cidade, e não à disposição de acionistas e administradores de fortunas multinacionais.

Outro exemplo de efeito positivo está relacionado ao “Mietspiegel”, que calcula o preço médio do metro quadrado. Como os apartamentos socializados serão alugados não com objetivo de lucro, podem ser alugados por preços abaixo do mercado, e consequentemente puxaria o preço do metro quadrado de todos os apartamentos, não somente os do

socializados, para baixo.

Numa perspectiva mais política, a ideia é tornar uma cidade não-atrativa para os tubarões do aluguel, desacelerando setores especulativos e de aluguéis de curta temporada, o que também ajudaria sobre a crise habitacional.

Isso apenas para citar três exemplos!

Em Lisboa, no encontro da Malha Ativista, mencionaste que uma das principais resistências à campanha do DWE estava na associação da proposta de socialização a uma ideia de ‘voltar ao muro’. Podes falar um pouco sobre isso?

A: Existe essa falácia de que qualquer tentativa de regulamentar o mercado de forma mais efetiva a favor dos pobres é uma tentativa de voltar ao comunismo, de “subir o muro de novo”. É uma tática despolitizante, que acaba falando ao coração daqueles que sofreram na Alemanha Oriental, ou simplesmente àqueles que não simpatizam com medidas populares, de distribuição de recursos etc.

Agora, o que é preciso dizer é que, na República Democrática Alemã, havia moradia digna, acessível e para todos. E o que queremos é, de fato, moradia digna, acessível e para todos, mas não o retorno do muro de Berlim.

De certa forma, esta dificuldade de pensar alternativas políticas àquelas que já vivenciamos relaciona-se com a falsa sensação de fim da história. Como é que iniciativas como a DWE podem contrariar e ultrapassar esta ideia de abismo?

A: É triste quando até pessoas mais progressistas acreditam e internalizam a mentira neo-liberal de “não há alternativa”. Essa falta de perspectiva pode ser vista quando governos de (centro-)esquerda acabam aceitando ser apenas gestores de crises, fazendo não coisas para melhorar a vida das pessoas, apenas controlando para que não fique pior. Como muito bem diz Vladimir Safatle, no seu livro lindo chamado “A esquerda que não teme dizer seu nome”, ele diz que “a esquerda deve mostrar que é capaz de governar sem produzir novas modalidades de sofrimento. (...) ela deve ser, ao

mesmo tempo, capaz de sentir o sofrimento social e capaz de ter a inteligência técnica para resolvê-la no cotidiano”.

Convencer as pessoas que não há nada a fazer já é uma forma de vitória da direita. Acho que a gente enquanto campanha mostrou que sempre há algo que se possa fazer quando somos muitos – a vitória nas urnas foi importante demais, mas o maior legado é o tamanho da mobilização que criamos, os processos de educação política etc. Uma das coisas que sempre tivemos cuidado foi para não falar de forma derrotista, sempre fizemos um trabalho de organização comunitária que se baseasse em animar as pessoas, e não em deixá-las desmotivadas com os desafios que viriam pela frente. Acho que a campanha em Lisboa tem esse mesmo potencial!

No encontro em Lisboa, referiste, ainda, que um dos objectivos da campanha da DWE passava pela desmistificação daquilo que é a luta política, pelo contrariar da ideia de que tem de ser algo perigoso, arriscado e disfarçado, e que a militância e o activismo político podem ser, na realidade,

celebração e partilha. Como é que este objectivo ganhou forma durante a campanha da DWE?

A: O Grupo de trabalho que se foca no direito de moradia de imigrantes teve um papel fundamental nesse giro. Vindos de culturas menos cínicas e individualistas, esses inquilinos traziam suas experiências de lutas nos seus países de origem. No sul global e em alguns países do sul da Europa existe uma forma totalmente diferente de estar junto, tanto na luta política quanto fora, e esse *know-how* foi ganhando espaço, devagar, dentro da campanha.

Criar condições para que as pessoas se sintam à vontade é fundamental para o crescimento de qualquer movimento social. Começamos a dar foco nisso em dezembro de 2020 e de lá viemos trabalhando com cada vez mais seriedade para que a campanha seja convidativa e calorosa com quem chega, e também um espaço minimamente de restauro para

quem já está na luta há muito tempo.

Trabalhamos com música, rodas de conversa, práticas com o corpo, encontros para praticar alemão, exibição de filme, *tours* históricos pela cidade, visitações a exposições etc. Isso tudo, claro, sem deixar de lado todas as tarefas militantes e de organização popular.

A proposta de referendo da DWE foi votada a 26 de setembro de 2021 e obteve 59,1% de aprovação. Era um resultado esperado?

A: Era o resultado almejado, mas é claro que tínhamos muito frio na barriga, se ia sair como esperado ou não. Focamos em conseguir um milhão de votos, trabalhamos muito para isso, e superamos um pouquinho a nossa própria meta! Eu sabia que ganharíamos, dada a situação periclitante de Berlim, mas eu sinceramente achava que ia ser uma vitória mais apertada, não os 59,1% que conseguimos!

Lê a entrevista completa em referendopelahabitacao.pt



AMIGUES DO MOVIMENTO REFERENDO PELA HABITACAO

EXCLUSIVAMENTE



MAGO PRINT STUDIO

ESTUDIO DE RISOGRAFIA

@magoprintstudio
magoprintstudio@gmail.com

→ → → **OUTROS APOIANTES**

TODAS MANAS Rua de Moçambique, 23 Aberto todos os dias das 7h30 às 19h30 @todasmanas_cafe	ZONA FRANCA Rua de Moçambique, 42 Aberto de 2ª-6ª das 13h-15h e das 20h-23h @zonafrancanosanjos	COSMOS Rua Marquês de Fronteira, 163 Horário variável @cosmos.cac	GRÁFICA DIGITAL ARP Rua Jacinta Marto, 6A Aberto de 2ª-6ª das 9h-19h e Sábado das 9h-13h	ESPAÇO CASA CHEIA Rua Lopes, 3 info@casacheia.pt
Bartô Costa do Castelo, 7 @obartarto	TEGARTE Rua dos Olivais, 11 Leiria tegar.te.com	ANJOS70 Regueição do: Anjos, 70 @anjos.70		



A GALINHA DA VIZINHA

(NOVIDADES DE OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS,
COLECTIVOS E ESPAÇOS)

LIVRARIA DAS INSURGENTES

A Livraria e a Biblioteca das Insurgentes é um projeto feminista que divulga livros escritos por mulheres e oprimidas pelo sistema cis-hetero-patriarcal. A oferta da livraria é composta sobretudo de textos escritos por mulheres com a intenção de visibilizar as vozes femininas e não binárias porque, até hoje, no mercado editorial do livro a autoria masculina, heterossexual, branca e ocidental é a predominante.

- Horários de abertura da livraria nas quartas, quintas e sextas das 16h às 19h no espaço intendente Insurgente (quartel do largo do cabeço de Bola do largo Residências) e biblioteca nas terças das 16h às 19h na Sirigaita.

- Apresentação do livro «Memórias de Uma Órfã» de Carla Isabel Menezes, 6 de Julho às 18h00, no Espaço intendente Insurgente.

À MESA! (CANTINA SOCIAL)

. À MESA! é colaborativa e social. Além de ser servida uma refeição completa barata, sendo o valor à base de donativos, o dia da cantina é um momento em que se fomenta o debate, a partilha, as conversas em torno dos hábitos alimentares, produção e história da alimentação.

. À MESA! é itinerante. Circulamos livremente pelo mapa de apoio e solidariedade dos bairros, onde existem destinos aliados, com outras comidas e histórias.

. À MESA! é inclusiva. Nesta cozinha não há chefs infernais, somos todos as mesmas mãos que preparam, servem e lavam o que chega ao prato. Por isso quem quiser fazer parte que se chegue ao tacho, através do email: amesa-alimentacao@proton.me

Setembro temos encontro marcado na **Agrofloresta da Bela Flor**, onde já semeámos milho, nabo, cenouras e espinafres.

R. da Pedreira do Fernandinho 1070, Lisboa



CICLO DE FILMES SOBRE HABITAÇÃO



03107 ÀS 22H NA GALERIA ZÉ DOS BOIS

In the Stone House (1967-70/2012)

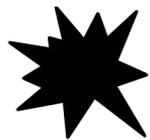
New Shores (1979-90/2012) de Jerome Hiler (Projeção em 16mm)



08107 ÀS 18H NO COSMOS CAMPOLIDE

Not a Penny on the Rents (1968) de Cinema Action

Blight (1996) de John Smith



18107 ÀS 21H NAS CARPINTARIAS DE SÃO

A casa, a verdadeira e a seguinte, ainda está por fazer

(2019) de Sílvia das Fadas (Projeção em 16mm com a presença de Sílvia das Fadas)

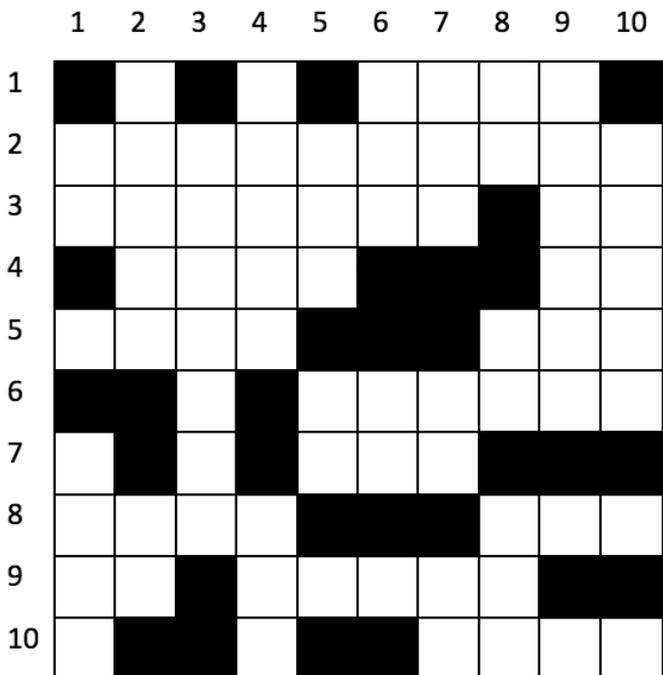


22107 ÀS 21H NA LABUTA

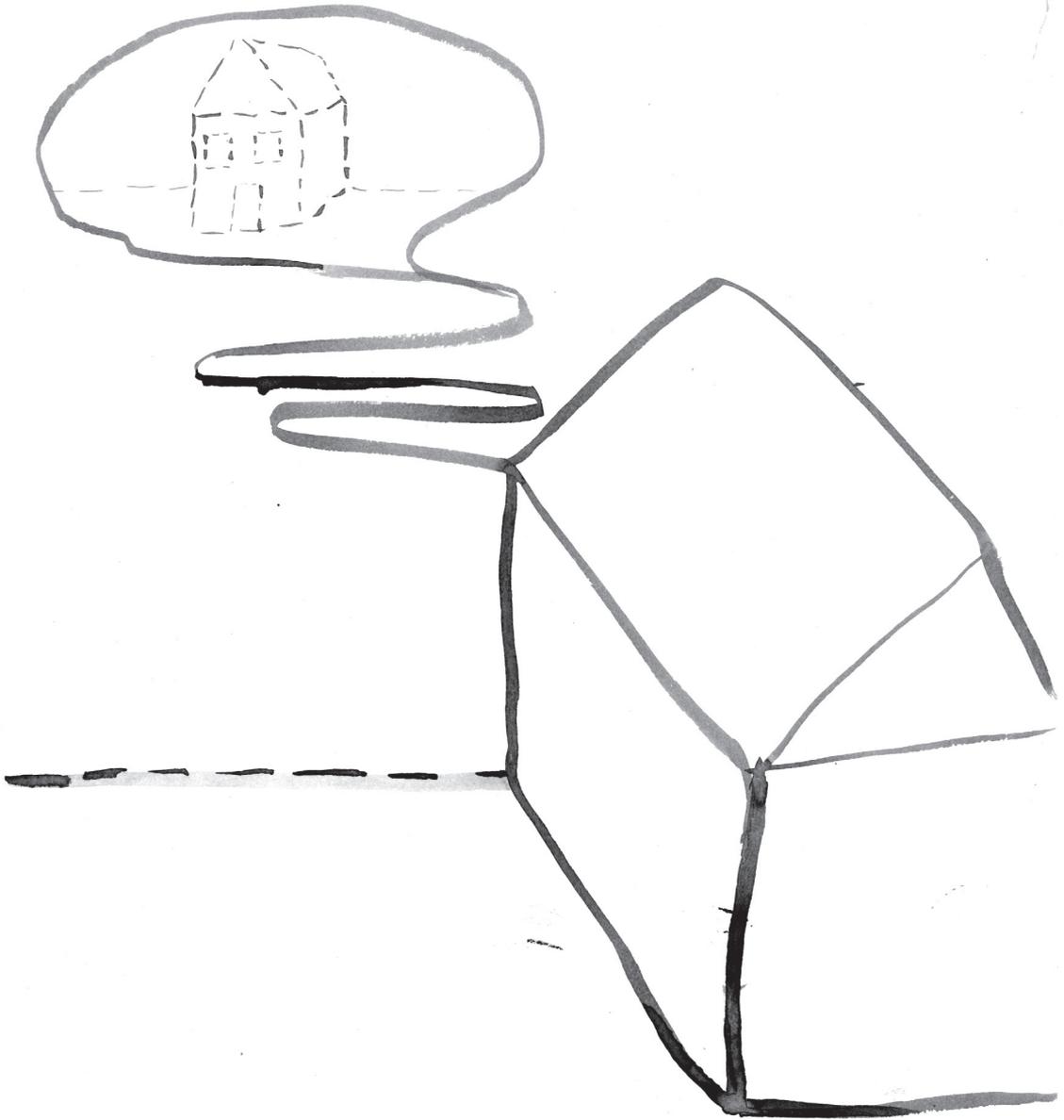
Aqui tem gente (2013) de Leonor Areal

(Com a presença de Leonor Areal)

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais 1. Acto legislativo. 2. Primeiro ponto fixo de recolha de assinaturas do MRH. 3. Apelido da Ministra que, em 2012, estabeleceu o Novo Regime de Arrendamento Urbano; Código internacional atribuído ao país de actuação do DWE. 4. (Invertido) Apelido de activista e músico chileno morto num golpe militar em 1973; Sufixo átono que indica família, classe ou ordem de plantas. 5. (Sigla) Período subsequente à Revolução de 25 de Abril de 1974; (Sinónimo) Tonalidade. 6. Bairro de Lisboa com mais de 50% dos apartamentos destinados a AL. 7. (Sinónimo) Casa. 8. “Recuperar Lisboa está nas nossas...”; (Sigla) Movimento Social Espanhol empenhado no combate às execuções hipotecárias. 9. (Sigla) Alojamento turístico de curta duração; Única cidade da Europa do Sul que, em 2023, registava valores mais elevados que Lisboa de compra de habitação. 10. Associação portuguesa de proprietários que arrendam as suas casas a turistas e consumidores temporários especulando as cidades em que vivemos. **Verticais** 1. (Sigla) Órgão do sistema judiciário português que terá de se pronunciar sobre a iniciativa de referendo do MRH; (Sigla) Regime legal sob o qual se rege o AL em Lisboa. 2. (Sinónimo) Viver; (Sigla) Prática sob a qual a iniciativa de referendo do MRH incide. 3. Artigo 65º da Constituição da República Portuguesa. 4. (Invertido) Construções que servem para habitar; Estabelecimento destinado a tratamentos de beleza. 5. (Sigla) Órgão de soberania que proferiu um acórdão que indica que o AL não pode ter lugar em casas destinadas a habitação; (Sigla) Figura jurídica criada em 2008, nomeante de um tipo de alojamento turístico. 6. (Sigla; Invertido) Órgão deliberativo municipal a que a iniciativa do MRH terá de ser submetida a votação; (Sigla) A palavra mais vezes utilizada no jogo. 7. (Letras do Abecedário) 5º, 1º, 19º; Código internacional atribuído a França; (Invertido) Interjeição associada a dor. 8. (Estrangeirismo) Na moda; (Sinónimo) Aqui; Sem pista. 9. (Invertido) Apelido do eleito para o cargo de Presidente da CML, por vezes activista do AL. 10. Centro de Apoio Social localizado na freguesia de Arroios despejado de forma ilegal e violenta em 2020.



Mafalda Riobom

FICHA TÉCNICA

Coordenação editorial

Laura Gama Martins
Raquel Lindner Costa
Rita Lamas
Teresa Fonseca

Textos e edição

Laura Gama Martins
Teresa Fonseca
Raquel Lindner Costa

Revisão

Ana Reis Silva
Agustín Cocola-Gant
Catarina Almeida
Carolina Almeida
Ricardo Penedo
Paula Ferreira

Coordenação Gráfica

Raquel Lindner Costa
Rita Lamas

Capa

Inês Viegas Oliveira

Ilustrações

Diogo Guerra (infographic)
Mafalda Riobom
Maria Paz
Mariana Pita (picross)
Rita Romeiras
Tiago Baptista (casinhas)

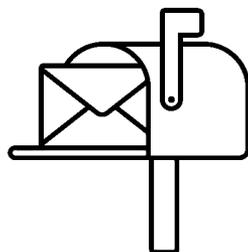
Impresso em risografia na
Mago Print Studio em Junho
de 2023 com a ajuda de
Marcos, Bina e Pi.

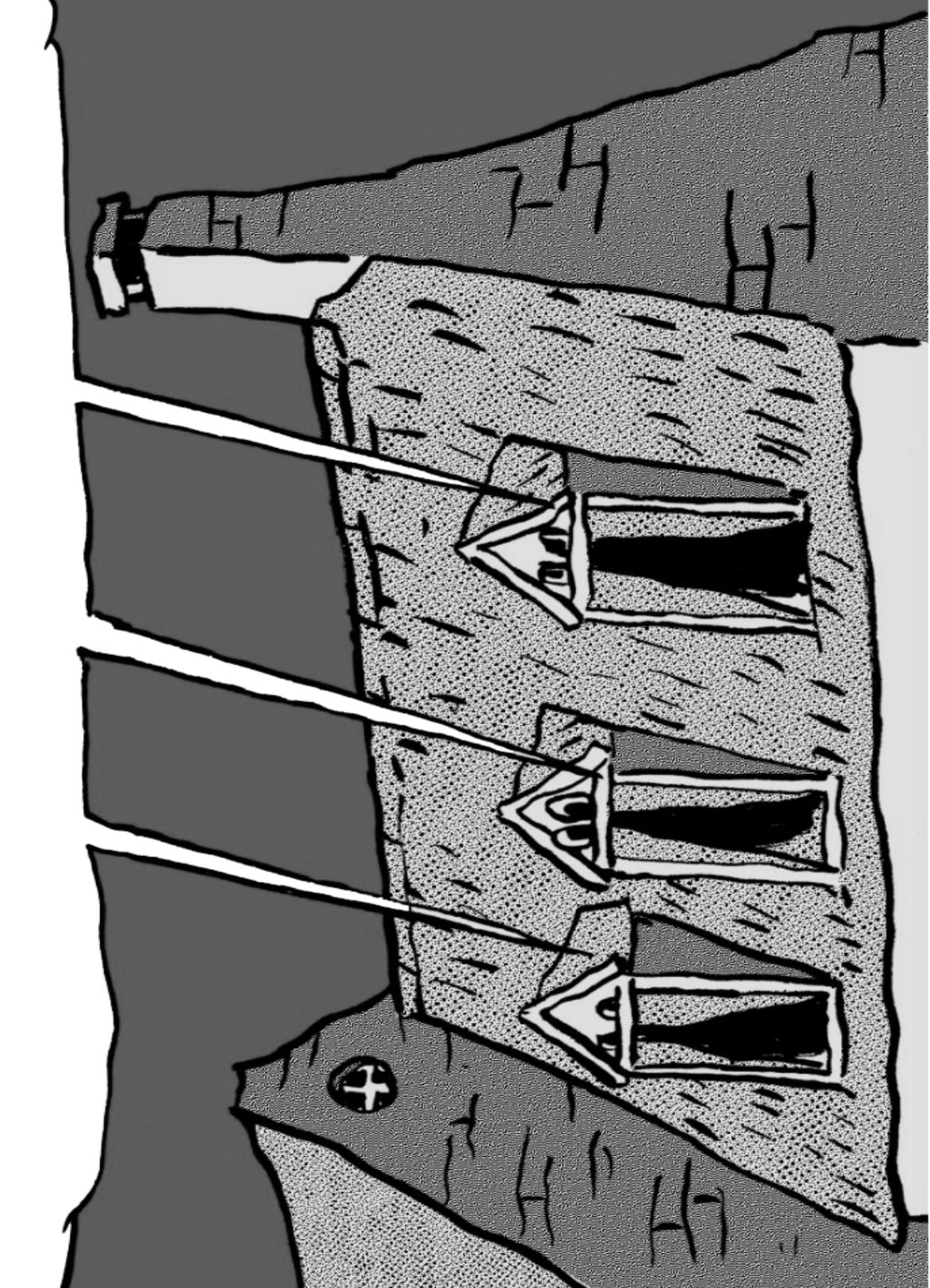
CORREIO

Queres participar no próximo número da
Conterrânea?

Envia o teu desenho, poema, canção,
estória ou testemunho para

materiais@referendopelahabitacao.pt







**movimento
referendo
pela habitação**

